

A HORA DA VERDADE?

Jonny Thakkar

Uma revolução muito americana tomou lugar em 1906. Nada de motins, nada de cartazes, nada de justiça popular; foi uma revolução vinda de cima, apresentada como uma evolução natural de um velho regime que já começara a dar de si e a ruir. Divorciado há anos do rãguebi e das suas corridas livres e ziguezagueantes, o futebol americano tornara-se pouco mais que uma guerra de trincheiras — desgastante, feia, sangrenta. Este desporto encontrava-se em tal impasse em 1905 que os Michigan Wolverines não concederam um único ponto nos primeiros doze jogos da temporada, uma série apenas interrompida com uma derrota de dois a zero contra os Chicago Maroons de A.A. Stagg. E quando, apenas nesse ano, morreram dezoito jogadores e cento e cinquenta e nove ficaram feridos, Teddy Roosevelt ameaçou abolir o desporto por decreto governamental. Forçado a tomar uma atitude, a Comissão Regulamentar chegou a um acordo a respeito de um conjunto de mudanças — quase trinta — para tornar o jogo mais atractivo. Entre as novidades, estava o passe em frente, que enfureceu conservadores como Pop Warner, o treinador de Cornell, que se queixava de que o verdadeiro futebol era «um jogo em que a bola era feita avançar correndo com ela ou chutando-a», profetizando ainda o advento de «táticas de basquetebol». As novas regras permitiram de facto novas táticas, mas com elas apareceram novos níveis de

criatividade: um *quarterback* podia agora fazer passes curtos ou longos, estreitos ou largos, para trás ou para a frente, e tudo por improviso. Demorou anos até que os *quarterbacks* assimilassem inteiramente a notícia da sua emancipação, mas o futebol americano acabou por recuperar da crise de 1905-6 para se tornar um dos grandes desportos mundiais, produzindo habitualmente momentos de beleza e drama como o da final do *Super Bowl* de 2009, quando Santonio Holmes, equilibrado nas pontas dos pés como um bailarino de noventa quilos, a trinta segundos do fim, agarrou o passe inspirado de Ben Roethlisberger, marcando o *touchdown* da vitória.

A América precisa hoje de outra revolução. As suas instituições políticas afundaram-se em linhas de defesa compactas, enlameadas, de má vontade, alinhadas para bloquear qualquer corrida em frente. Mas marcadores de 2-0 não são o suficiente para um país que, como escreveu recentemente o outrora neoconservador Francis Fukuyama, se está a tornar rapidamente numa plutocracia regulamentado não apenas pelos, mas também para, os ricos. O 1 por cento das famílias americanas mais ricas possuem agora 23, 5 por cento do produto interno, subindo dos 9 por cento em 1978; desde 1978, a taxa de impostos sobre os rendimentos de contribuintes mais ricos diminuiu para metade, de 70 por cento para 35 por cento; e os mais ricos acabaram de

conseguir uma nova e célebre redução de impostos. Apesar de todo o sucesso da economia neoliberal em disseminar a noção agradavelmente simples de que reduções de impostos equivalem a crescimento económico, custa a acreditar que isto reflecta a vontade geral. Na América, os ricos parecem levar a melhor.

«As sociedades mais disfuncionais dos países em desenvolvimento», escreve Fukuyama, «são aquelas cujas elites são bem sucedidas quer em eximirem-se legalmente da tributação, ou em tirarem partido de políticas fiscais permissivas para se evadirem dela, deslocando desse modo o peso da despesa pública para o resto da sociedade». Por outras palavras, a América começa a assemelhar-se com uma república das bananas. Mas enquan-

to tais repúblicas são infamemente instáveis não existe na América qualquer movimento populista contra os plutocratas. Apoderou-se da nossa política um cinismo fatigado; expressões de ultraje desesperadas é tudo quanto somos capazes de mobilizar. Até mesmo falar de revolução é nestes tempos soar não apenas histriónico e iludido, mas também bilioso e violento; algures entre Robespierre e Lenine, Mao e Pol Pot, as revoluções adquiriram uma má reputação. Mas nem todas as revoluções são iguais. Algumas revoluções vêm de cima — exigidas pelo Presidente, executadas por legislação, apresentadas em termos inerentes ao sistema existente. Nada de motins, nada de cartazes, nada de justiça popular, apenas a reforma inevitável. Tal como em 1906.

* * *

Dir-se-á, claro está, que o futebol americano é apenas um jogo. Mas nenhum desporto é apenas um jogo, uma vez que apenas alguns jogos se qualificam como desportos. O *Ultimate frisbee*, por exemplo, começou por ser um jogo praticado por alunos de liceu, mas tornou-se entretanto um desporto. Quer o jogo como o desporto, ambos envolvem atirar o mesmo objecto nalguma espécie de contexto competitivo; a diferença é que as regras do desporto são leis, aplicadas por um corpo governativo. A palavra inglesa «sport» começou por ser usada na sua actual acepção — e então importada por línguas tão diversas quanto o francês, o grego e o japonês, que não possuíam esse conceito, apenas mais ao menos no século em que os ingleses esquematizaram uma grande quantidade de jogos, que incluem o futebol, o críquete, o hóquei de campo, o ténis, o ténis de mesa, o rãguebi, o pólo, o golfe, o badminton, o snooker, e os dardos, estabelecendo corpos governativos de modo a exportar e a aplicar aquelas regras através de todo o império. Os ingleses gostam de atribuir a si mesmos a fundação de todos estes desportos,

mas normalmente fundar um desporto é apenas institucionalizar um jogo preexistente, não inventá-lo — ainda que o basquetebol tenha sido desenhado de raiz por um professor de educação física canadiano, e que os fãs de Harry Potter tenham aparentemente grandes esperanças para o «quidditch».

Tendo leis e corpos governativos, os desportos podem ajudar-nos a compreender o que significa governar bem. Um jogo pode morrer, seja porque nunca foi grande coisa, ou porque já não se ajusta ao mundo. (Alguém alinha numa justa?) Por vezes, um líder deve, assim, mudar a instituição simplesmente para a manter viva. Os desportos são instituições conservadoras, preservando muitas vezes coisas absurdas simplesmente porque são tradicionais (considere-se o sistema de pontuação do ténis), mas todos os desportos têm que evoluir. O caso do futebol americano é particularmente radical — não raras vezes o árbitro tem de explicar as regras mais recentes às bancadas no meio de um jogo —, mas não é o único desporto com uma história de revolução. O hóquei no gelo, por exemplo, apenas

legalizou o passe em frente nos anos 1930, e até um desporto tão definido quanto o críquete viu-se forçado a encurtar alguns jogos de modo a sobreviver num mundo que está a perder rapidamente a paciência para os seus ritmos serenos e cerimoniais.

Mas para reformar um desporto os seus reguladores devem decidir primeiro o que o torna realmente no desporto que é. De outro modo, ao mudar as suas regras, poderiam estar a criar um jogo completamente diferente. Decidir que partes de uma instituição devem sobreviver a quaisquer modificações é decidir acerca da *essência* do jogo, acerca do seu cerne. Não é fácil perceber de que maneira nos poderíamos sentar e desvendar a essência do futebol americano, digamos, muito menos apresentar em *powerpoint* as nossas conclusões a uma sala cheia de executivos, mas é-nos útil pelo menos começarmos por fazer as perguntas certas. Qual é o papel do desporto na vida humana? Para que *serve* o desporto?

Parece *quem* o desporto é parece óbvio: jogadores e/ou espectadores. Diferentes culturas têm entendido isto de maneiras diferentes. Em Roma, o desporto era para benefício dos espectadores, e era obviamente esperado que os gladiadores morressem; na Inglaterra imperial, o desporto era concebido como para benefício dos jogadores e, por essa razão, era encorajada a participação de amadores; a América contemporânea combina uma profissionalização considerável com um ideal amador poderoso. Mas, em todo o caso, que benefício pode um desporto dar aos seus jogadores e espectadores?

Antes de mais, um bom desporto é uma diversão. Os seus progressos são imprevisíveis; desafia-nos física e mentalmente; permite-nos competir por vitórias suadas. Um desporto que não tivesse efeito nos nossos níveis de adrenalina seria um mau desporto: precisamos de sentir a pressão no sangue. Como tal, um bom desporto inflama as paixões, o que pode ser perigoso. Santo Agostinho descreve a experiência de um

dos seus amigos num combate de gladiadores: «ele viu, ele berrou, ele ficou em brasa, ele levou a loucura consigo para casa...» Todos os adeptos de desporto fervorosos reconhecerão esta emoção, mas poucos concordarão com agostinianos puritanos que deveríamos por conseguinte censurar o desporto. Um adepto poderia argumentar, por exemplo, que o desporto permite aos jogadores e espectadores purgarem-se de energias agressivas, tornando o resto do mundo um lugar mais seguro. Na comédia de 1999 *The Cup* (*A Taça*), os anciãos de um mosteiro budista acabam por deixar os seus noviços assistir à final do Campeonato do Mundo de futebol — «duas nações civilizadas lutando por uma bola» — como uma espécie de lição para se libertarem do seu apego à ilusão, a raiz da agressão e da angústia. Por contraste, puritanos não faltam cuja agressividade amarga abafada pode ser tanto pior quanto não se manifestar.

Os puritanos têm no entanto razão em afirmar que o desporto, como qualquer instituição, molda os nossos hábitos e, como tal, os nossos caracteres. Um bom desporto decerto desenvolve nos seus jogadores destreza e um culto do corpo, mas também qualidades como coragem física e mental, paciência e espírito de equipa, disciplina e determinação, humildade e desportivismo. Obviamente, diferentes desportos apuram estes aspectos em diferentes graus: um lançador de dardos não precisa de ser atlético e um golfista não precisa de ser um jogador de equipa; o basquetebol ensina espírito de equipa melhor que o baseball, mas o baseball cultiva a força mental mais do que qualquer outro desporto, excepto o golfe. Como sugere Santo Agostinho, os desportos também têm um efeito nos espectadores, exactamente como peças de teatro ou filmes. Em *Three Uses of the Knife*, David Mamet nota que uma boa partida é basicamente um drama em três actos: esperança, revés, triunfo. Saboreamos o espectáculo mas procuramos também uma educação ética, atribuindo o sucesso à virtude e o falhanço à cobardia ou a húbri, como se houvesse algum

autor à espreita orquestrando um conto moral. Na verdade, contudo, o espectáculo desportivo é regulado não por um dramaturgo didáctico mas pela velha sorte de sempre. Sob a influência dos seus caprichos cruéis, não aprendemos senão a controlar a nossa tendência para nos entediarmos ou vangloriarmos. Tal como no teatro, estamos mais prontos a aprender tais lições se nos imaginarmos na posição do protagonista. Os melhores comentadores desportivos facilitam este treino ético recorrendo a mantras desenhados para perfilar a situação com a qual o jogador se encontra confrontado: existem de facto ocasiões em que é preciso tirar uma do chapéu, mas na vida, tal como no críquete, devemos sempre acrescentar dois *wickets* ao resultado.

Contudo, um bom desporto não é ainda um grande desporto — como uma obra de arte é preciso que faça mais do que entusiasmar, mais do que ensinar alguma coisa. É preciso que seja belo. A relação entre a beleza e o desporto é muito antiga: na Grécia Antiga os atletas eram vistos como paradigmas de beleza, e a necessidade de comemorar a vitória de um atleta foi crucial para a evolução da escultura. Num sentido mais importante, as acções atléticas podem elas mesmas ser belas. A palavra grega para assistir a partidas é a mesma que a usada para a contemplação (*theôrein*) e é verdade que um passe ou um arremesso ou uma tacada ou um afundação podem ser vistos como uma obra de arte. Os próprios jogadores parecem reconhecê-lo: contra toda a lógica, Wayne Rooney tenta fazer um chapéu ao guarda-redes do mesmo ângulo com tanta frequência, que se assemelha a um artista que não consegue nunca capturar o seu sonho recorrente. E os adeptos do Manchester United mais maduros são até capazes de detectar a angústia da influência, uma vez que a obra de arte que Rooney procura tão desesperadamente emular — a bola a sobrevoar o guarda-redes antes de cair na perfeição dentro da baliza — não passa de uma réplica da coroa de glória do seu grande antecessor no United, Eric Cantona. Na realidade,

Rooney já emulou por uma vez o golo de Cantona contra o Sunderland em 1996, imitando-o contra o Portsmouth em 2007, e as suas estatísticas são melhores; e, porém, treze anos após Cantona ter abandonado o futebol para se tornar actor, os adeptos continuam a entoar cânticos ao homem a que chamam Rei. Desse modo, Rooney não consegue senão reparar que por si mesmos os números não fazem um grande jogador — é necessário também beleza. E isto é verdade em todos os desportos, não apenas no «jogo-rei»: Michael Jordan, Roger Federer, Brian Lara, e por aí fora, todos a tiveram. À imagem de bailarinos cujos corpos estão a tal ponto afinados que são capazes de expressar uma profundidade interior no acto de se aproximarem da impossibilidade física, os movimentos graciosos de um grande desportista, de algum modo simultaneamente deliberados e sem esforço, corpo e mente completamente unidos, parecem por vezes manifestar o animal humano na sua perfeição plena.

E como os nossos ideais de beleza e excelência se alteram historicamente, um desporto que procure a beleza pode ser uma janela para o espírito de um povo ou de uma época. Do meu ponto de vista, colorido, sem dúvida, pela nostalgia por uma infância preocupada com o jogo e os seus anais, o críquete deve ter desempenhado esta função na Inglaterra imperial do século dezanove e do princípio do século vinte, representando um ideal de competição cavalheiresco que era amador no melhor sentido. A agressividade era permitida e requerida, mas apenas dentro de certos limites; o jogo premiava a paciência e a virtude tão vitoriana do auto-controlo. Quando alguém tentava quebrar as regras na vida real, essa pessoa era lembrada do ideal: «receio bem que não seja críquete». Por muito beato que isto soe, ganhar não é de facto o bem mais elevado disponível no desporto. Depois de um arremesso particularmente maldoso permitir um rebate hábil, não admira que os comentadores declarem que «o vencedor é o críquete». Enquanto jogador de críquete escolar, em criança, sonhava, não com

troféus e medalhas, mas com o instante seguinte a um *cover drive* perfeitamente natural, no qual todo o meu corpo pairaria suspenso como uma estátua. Certa tarde, arrastando-me num estran-

geiro e profano campo de futebol, ainda um jogador de críquete de coração, fui repreendido, aos berros, por ter parado para aplaudir a beleza do passe de um adversário.

* * *

Mas o mundo não é ideal, e nenhuma instituição o tornará ideal. Ainda que o críquete corporize certos ideais, os seus jogadores cedo começaram a ficar aquém desses ideais, pelo menos desde a brutal série «Bodyline» de 1932-33, na qual os batedores ingleses estavam instruídos para lançar os seus mísseis contra o corpo dos adversários para os impedir de marcar. Uma instituição apenas existe na medida em que as suas regras sejam seguidas e, como tal, interpretadas, por pessoas particulares com práticas e costumes particulares.

A NFL, por exemplo, procura, de facto, moldar a cultura americana, mas apenas o consegue fazer até certo ponto. Pense-se nas repetições em vídeo. É fácil imaginar uma outra cultura em que uma ética do desportivismo tornasse vergonhoso que um treinador exigisse que o árbitro revisse a sua decisão, a não ser que estivesse francamente certo de que uma injustiça fora cometida. Em tal cultura poderia ser permitido um número ilimitado de pedidos de revisão, sem causar grande dano ao jogo, pois, na realidade, não existem assim tantas injustiças claras. Mas a América não é assim. Em anos recentes, aquilo que se supunha ser uma descrição objectiva do comportamento humano, ou pelo menos uma maneira heurística de o compreender — as pessoas maximizam o seu próprio bem-estar — tornou-se um imperativo ético: procura obter tanto quanto puderes dentro das regras. A NFL não pode mudar completamente uma cultura na qual colocar o bem do todo antes dos nossos próprios interesses imediatos é considerado ingénio e nada másculo. Não obstante, desempenha o seu papel. Tomando os homens por

aquilo que são, e não por aquilo que deveriam ser, constrange-os a agir *como se* fossem bons desportistas. A cada treinador são permitidas apenas dois pedidos de revisão; se ambos falharem, não lhe são permitidos quaisquer outros. Para obter tantos quanto possível, para ser tão «racional» quanto possível, precisa de aprender a levantar questões apenas quando está certo de que foi cometida uma injustiça. E, ao formar este hábito, aprenderá gradualmente, porventura, a começar a pensar como um bom desportista. Porventura.

Mas esta imagem bonita do desporto como instrumento para tornar o mundo num lugar melhor e mais belo não deixa de depender, ainda, da ideia de reguladores sábios, capazes de decidir acerca da melhor maneira de se viver. Talvez ninguém tenha a autoridade para o fazer; em todo o caso, as pessoas que hoje dirigem os desportos claramente não a têm. Com efeito, se compararmos os maiores falsos e ineptos da FIFA ou do IOC com dirigentes ideais, a situação presente parece não nos reservar qualquer esperança. À semelhança de hipopótamos, passam a maior parte do tempo fora de vista, submersos em reuniões de comités, chafurdando em saunas e jacuzzis de hotéis de Zurique, apenas vindo à superfície para se saciarem. A sua avidez pela novidade e pelo lucro pessoal conduz a decisões caricatas como testar uma bola nova com propriedades aerodinâmicas diferentes durante o Campeonato do Mundo de 2010 ou a de atribuir a organização do torneio de 2022 ao Qatar, um país com 1,6 milhões de habitantes, um clima desumano e nem um único estádio — mas, pior do que isso, torna-os vulneráveis àqueles chacais que, cobrindo-se

sob a aura do futuro, afirmam com solenidade que a única forma de um desporto sobreviver é produzir cada vez mais dinheiro.

Escolha-se qualquer desporto que seja, olhe-se para as decisões recentes acerca daquilo que deveria ser mudado, e determine-se o que é que os seus reguladores consideram importante preservar. O mais provável é verificarmos que a essência implícita dos nossos queridos desportos, a finalidade básica que os unifica e que não pode ser destruída, não é a de promover o bem e a beleza, mas a de gerar dinheiro para os seus donos, administradores e jogadores. Por vezes, isso vem agarrado a uma desculpa débil acerca de uma forma de redistribuição da riqueza, como quando os administradores do críquete inglês alegaram que vender os direitos televisivos ao canal de satélite de Rupert Murdoch, em vez de manter as transmissões em canal aberto, ajudaria a financiar os equipamentos das camadas inferiores da modalidade. Mas frequentemente tais subterfúgios são desnecessários, uma vez que a necessidade de capital já se infiltrou nas próprias regras do desporto em questão. Tal parece ser o caso do inventivo sistema de *time-outs* no basquetebol e no futebol americano que, declaradamente, permite reconfigurações tácticas, mas também, e de uma forma suspeitamente conveniente, intervalos publicitários — tanto na televisão como nos próprios estádios, onde é provável que, ao levantarem os olhos dos seus cachorros-quentes, os espectadores vejam o recinto, o ringue, ou o campo, invadido por figurantes vestidos de Big Macs. Literalmente.

Mas o espírito do capitalismo pode expressar-se num desporto a um nível ainda mais profundo: no futebol americano ele expressa-se na composição das próprias equipas. Não nos esqueçamos que cada equipa abrange essencialmente duas equipas, uma para atacar e uma para defender. Quando um dos lados perde a posse de bola, interrompe-se o jogo e todos os jogadores abandonam o campo, sendo substituídos por outros, mais

adequados à nova tarefa. Cada jogador tem uma função bem definida: em princípio, não se espera que um *lineman* defensivo corra com a bola, um *kicker* só entra em jogo quando é preciso pontapeá-la e a única função de um *long snapper* é a de passar a bola (*snap*) ao *punter*. Se se pode dizer que um grande desporto nos dá uma janela para os ideais da sua época, o futebol americano pode ser, por conseguinte, o desporto paradigmático da América moderna, no sentido em que a extrema divisão do trabalho é muito reconhecida como uma das marcas distintivas do capitalismo. Adam Smith começa *A Riqueza das Nações* com uma discussão acerca da sua capacidade de aumentar a produtividade; um trabalhador que se concentre num único processo torna-se mais competente nessa tarefa. O objectivo de um *lineman* ofensivo é o de obstruir a defesa do adversário na altura em que esta se atira ao *runner* ou ao *thrower*. Os mais aptos a desempenhar esta tarefa acabam por ser homens tão inchados de gordura e músculo que mal se conseguem mexer, mamutes quase inteiramente inúteis se lhes pedissem que corressem com a bola regularmente ou que perseguissem um *defensive back* depois de uma intersecção. Deste modo, o seu físico aumenta amplamente os padrões de protecção do *quarterback*, o que obriga a uma série de inovações tácticas.

Todavia, a divisão do trabalho não deixa de ter detractores. Um dos seus principais detractores era na realidade o próprio Adam Smith, um facto misteriosamente esquecido pelos seus defensores nos *think thanks* de direita. Smith defendia que, apesar de a especialização produzir riqueza material, ela empobrecia consideravelmente as vidas dos próprios trabalhadores. Observando, tal como Marx, que «o desenvolvimento intelectual da maior parte das pessoas é necessariamente formado através dos seus empregos vulgares», Smith proporia que sob o capitalismo estes empregos privam os trabalhadores dos seus poderes criativos, tornando-os

estúpidos, ignorantes e imorais. Um especialista pode desenvolver uma considerável habilidade na sua micro-tarefa, mas ao mesmo tempo as suas outras habilidades secam. Além disso, ele deixa de ser capaz de considerar o processo como um todo, o que o impossibilita de compreender o sentido do seu próprio trabalho. Uma vez que compreender aquilo que estamos a fazer e a razão pela qual o fazemos é crucial para uma vida activa e em florescimento, a extrema divisão do trabalho ameaça roubar-nos a nossa completa humanidade.

Na NFL, apenas o treinador principal é capaz de ver o jogo como um todo; todos os outros envolvidos se preocupam com subprocessos particulares. Nalgumas jogadas o *lineman* ofensivo não tem qualquer ideia do que realmente aconteceu até ao momento em que vê a repetição. Ele é apenas uma roda dentada, uma máquina cujo funcionamento não é capaz de compreender completamente — nem se espera que o seja. Mas enquanto a especialização pode privar o *lineman* da sua humanidade num sentido rarefeito e abstracto, pode também privá-lo de uma coisa muito mais terra a terra, a saber, a sua vida: aquilo que noutras indústrias é considerado o refinamento progressivo de matéria bruta é, no caso do *lineman* ofensivo um aumento progressivo de peso. De acordo com o relatório Scripps Howard de 2006, entre 1985 e 2005 a placagem ofensiva média tornou-se 13 por cento mais pesada, e os *linemen* têm agora um risco 52 por cento mais elevado de complicações cardíacas fatais do que a população em geral. Talvez não estejamos no fim de contas assim tão distantes dos gladiadores.

No entanto, a crescente especialização tem igualmente efeitos no espectador, uma vez que o futebol americano se tornou tão complexo que é impossível compreender completamente uma jogada vendo-a apenas uma vez. Em desportos como o futebol, o rúgubi e o basquetebol, o espectador pode geralmente imaginar-se na posição do jogador com a posse de bola e, por assim dizer, escolher por si mesmo passar, correr, ou

driblar. No futebol americano, por outro lado, o *quarterback* tem uma espécie de acesso a informação privilegiada no que toca aos momentos futuros dos *wide receivers* de modo que as explosões e as súplicas dos espectadores durante certa jogada revelar-se-ão em retrospectiva simplesmente infundadas. Este problema é ainda exacerbado pela cobertura televisiva, que não nos permite ver os *wide receivers* de todo, até ao momento em que estão quase a receber a bola, mas até mesmo no estádio é necessário escolher a subsecção do jogo na qual nos queremos concentrar, ou a linha ofensiva contra a defesa que se aproxima, ou os *wide receivers* à procura de espaço, ou o *quarterback* em busca de opções. O futebol americano só pode ser absolutamente apreciado quando juntamos todas as peças na repetição no ecrã, o que o torna um desporto peculiarmente moderno; e ainda que isto não prive o espectador da sua humanidade, a verdade é que o priva de uma parte do seu prazer primitivo.

Porém, o futebol americano é um grande desporto precisamente porque expressa os valores e as contradições da sua era. Tal como o jogo que é em diversos sentidos o seu anverso, o críquete, o futebol americano combina, de algum modo, uma complexidade táctica extraordinária com um potencial para momentos altamente dramáticos e momentos de beleza assombrosa, como a final de 2009 do *Super Bowl*. Mas tal como o críquete está igualmente a tornar-se muito rapidamente numa espécie de relíquia fascinante à medida que o mundo que reflecte e evoca — não mais a pequena nobreza e a aldeia, mas antes a linha de montagem chaplinesca do início do século vinte — está a ser varrido pelas indústrias eco-tecnológicas de Seattle e de São Francisco, onde não existe prole oprimida, apenas inovadores vestidos de maneira informal, e que pensam fora da caixa e que subcontratam todo o trabalho duro. Com efeito, o melhor emblema desta nova eflorescência de capital é possivelmente, no mundo do desporto, o ascensão do *Ultimate frisbee* — num sentido lato, nada mais do que

futebol americano excepto o contacto, o mesmo jogo sem o sangue, agora arejado e seguro para um público universitário de elite e supostamente de contra-cultura. Mas poderá o NFL, esse

velho excêntrico e pesado, ter um truque ou dois para nos ensinar, a nós, novatos desvolto e enfatuados?

* * *

Talvez um dos aspectos mais fascinantes dos desportos americanos vistos a partir de uma perspectiva europeia seja o de que, apesar de todo o seu glamour consumista — meninas de claqué; concertos de rock ao intervalo — e da implacabilidade peculiar que tal consumismo acarreta — equipas como «franchises» às quais é permitido relocizarem-se em busca de facilidades fiscais e mercados televisivos; apesar de cânticos vâpidos e pré-fabricados como «Let's go, x!» ou «Defense! Defense!» — as ligas exemplificam, elas mesmas, não o capitalismo, mas o seu aparente contrário: o socialismo. A NFL por exemplo é certamente o estado democrata mais à esquerda das ligas desportivas americanas, e contudo as mesmas multidões que grelham pilhas de nacos de carne nas traseiras de carrinhas *pick-up* épicas antes dos jogos acarinham igualmente uma instituição na qual os recursos e os êxitos são sistematicamente redistribuídos dos favorecidos para os desfavorecidos. A NFL tem um limite máximo salarial para impedir que as equipas mais ricas concorram deslealmente com as mais pobres; a cada ano as piores equipas têm hipótese de recrutar os melhores jogadores mais jovens; e, mais surpreendentemente, as melhores equipas têm de jogar mais vezes entre si apenas para que as piores equipas tenham oportunidade de chegar aos *playoffs*. Por outras palavras, cada temporada bem sucedida é submetida à mãe de todos os impostos sobre a propriedade: a perda. E as razões para este socialismo são simultaneamente claras e largamente aceites: apenas se cada equipa tiver uma hipótese genuína de ganhar ou perder poderão os jogadores estar no seu melhor e, desse modo, extasiar-nos com

a sua estampa atlética, criatividade e beleza. Ou, dizendo-o da maneira mais habitual: os adeptos só sustentam a liga se cada jogo for suficientemente equilibrado.

Os costumes do nosso próprio país parecem-nos sempre naturais e partimos do princípio que eles são coerentes. Mas a regrada Alemanha não tem limite de velocidade nas auto-estradas, enquanto a livre América multa peões por atravessarem a rua incorrectamente. Sucede então que os mesmos países europeus que em geral restringem o capitalismo, não lhe colocam quaisquer barreiras no desporto. No futebol, os clubes podem gastar o que quiserem e quanto mais bem sucedida for uma equipa, maiores os seus proventos em direitos televisivos. O futebol tornou-se deste modo um estudo de caso para o que acontece a uma mini-sociedade com pouca ou nenhuma redistribuição. As ligas domésticas, como a inglesa, a italiana, a francesa, a espanhola e a escocesa tornaram-se gradualmente não competitivas; o campeonato escocês, por exemplo, foi sempre ganho por um de dois clubes ao longo dos últimos 25 anos. As equipas de topo de cada liga estão hoje mais preocupadas com o seu desempenho nas competições europeias, cuja estrutura por eliminatórias as tornam muito menos previsíveis, mas mesmo neste domínio tudo é determinado pelo dinheiro: a recente viragem de poder dos clubes ingleses para os espanhóis tem tanto que ver com a quebra das libras face ao euro em 2007-08, como com a beleza do sistema de «Futebol Total» que os espanhóis importaram da Holanda. E como que para confirmar que o futebol se tornou uma plutocracia, os plutocratas da vida real — na maioria, homens do petróleo oriundos

da Rússia e dos países Árabes — impuseram-se na festa como estrelas de rock num concurso de talentos, transformando instituições outrora veneráveis das classes trabalhadoras nos seus brinquedos privados. O paradoxo, porém, é o de que o futebol apenas permanecerá uma diversão interessante a partir das *villas* de terracota e dos iates repletos de supermodelos dos oligarcas porque o dinheiro *não* se traduz directamente em êxito. O prazer está no atrito. À luz da experiência europeia, a redistribuição de recursos do futebol americano parece realmente sensata. Mas se o desporto europeu precisa de uma dose de socialismo americano para permanecer saudável, não poderíamos nós prescrever uma dose de socialismo europeu à sociedade americana? É improvável que os «trabalhadores do conhecimento» de hoje possam ser persuadidos de que *devem* às classes mais baixas uma fatia da sua riqueza. No fim de contas, não as exploram em fábricas com pessoal miserável e malnutrido; estão apenas a vender a sua capacidade mental à oferta mais alta — uma troca justa, não um roubo. Mas e se a economia de mercado precisar de redistribuição para continuar a funcionar? No seu livro premiado *Fault Lines*, o antigo economista do FMI Raghuram Rajan argumenta que a crise financeira de 2008 foi precipitada pela crescente desigualdade dos Estados Unidos. «Em 1975, 9 por cento ganhavam em média cerca de três vezes mais que a restante população», explica-nos ele; «em 2005, ganhavam cinco vezes mais». Mas em vez de redistribuírem a riqueza — gastando mais em educação, em áreas mais pobres, por exemplo — sucessivos administradores decidiram melhorar a *percepção* da sua riqueza das classes mais baixas estendendo-lhes linhas de crédito artificialmente baratas. Isto conduziu a todos os géneros de incentivos perversos, que criaram a bolha, que acabou por rebentar. Fosse a América menos desigual, toda esta charada não teria sido necessária e a economia assentaria num terreno mais firme.

Mas a desigualdade enfraquece o capitalismo ainda de outras maneiras. Para que a economia

seja tão dinâmica quanto possível a actividade empreendedora deve ser inteiramente incentivada; as melhores ideias devem ser trazidas para primeiro plano; cada indivíduo deve ter uma hipótese genuína de sucesso. Mas esta igualdade de oportunidades requer obviamente um imposto sucessório significativo que force cada jovem adulto a inventar modos de criar a sua própria riqueza. Estamos tão longe deste sonho tão americano que só podemos fazer piadas a seu respeito, a exemplo da tirada auto-depreciativa do patrono do Tea Party, David Koch:

Podiam perguntar: como pode o David Koch ser tão rico e tão generoso? Bom, deixem-me contar-vos uma história. Tudo começou quando eu era pequeno. Certo dia, o meu pai deu-me uma maçã. Vendi-a por cinco dólares e comprei duas maçãs e vendi-as por dez. Depois comprei quatro maçãs e vendi-as por vinte. Enfim, isto continuou assim dia após dia, semana após semana, mês após mês, ano após ano, até que o meu pai morreu e me deixou trezentos milhões de dólares!

Triste é que esta história seja verdadeira, e que Koch pareça indiferente a que ela invalide as políticas neoliberais de sobrevivência do mais forte que a sua firma de advogados, os seus *think tanks* e Universidades promovem. Ele é como o homem rico do cartoon de Charles Rodrigues que repreende um mendigo: «Vá herdar a sua própria herança!».

É-nos difícil, senão impossível, tolerar a incoerência, e se nos comprometemos com o socialismo de mercado num domínio, não podemos simplesmente descartá-lo noutra domínio. Talvez Koch não acompanhe o futebol americano, mas há muitas pessoas que o fazem. E apesar de a NFL poder dificilmente modificar a cultura capitalista mais ampla que o futebol profissional reflecte na sua essência, ela pode pelo menos apontar para uma versão mais humana dessa cultura que coloque o bem do colectivo acima do bem de qualquer um dos seus indivíduos.

Por outras palavras, talvez salvar o capitalismo dos capitalistas seja tudo a que devemos aspirar nesta altura. O próprio Marx não acreditava na pura e simples revolução. Seguindo Hegel, que era mais conservador, defendia que a mudança

deveria basear-se naquilo que há de mais valioso numa sociedade tal como ela é, em vez de se fazer tábua rasa do que existe. Para efeitos da nossa revolução, olhemos, então, não para a Rússia de 1917, mas para a América de 1906.

* * *

Pouco mais de cem anos depois de Teddy Roosevelt ter usado a sua presidência para salvar o futebol americano de si mesmo, um adepto dos Bears candidato à presidência reavivou o espírito de 1906. «O grande risco desta eleição», explicou-nos ele, «é o de jogar o mesmo jogo de Washington com os mesmos jogadores de Washington e esperar um resultado diferente». Estamos a atravessar uma guerra impossível de vencer e uma recessão profunda, e a população não tem educação suficiente e está mal informada, e no entanto Washington continua a recusar-se a obrigar os ricos a pagarem os seus impostos. Aparentemente, alguns eleitores são mais iguais que outros. Para sobreviver, a democracia americana precisa desesperadamente de um passo na direcção da justiça e da igualdade de oportunidades. Verdade seja dita, pode ser que os seus Fundadores não tivessem em mente senão o jogo corrido. Mas não nos deveríamos nunca esquecer de que os Fundadores eram eles próprios revolucionários — melhor que ninguém, eles sabiam que um regime podre deve ser desmantelado. As regras que nos unem e constroem não são leis naturais, fixas e imutáveis, mas algo que podemos criar e modificar. Os nossos objectivos últimos podem ser a grandeza, a perfeição, a beleza — mas em primeiro lugar é preciso termos o bem, a justiça, a ética. E antes de termos estas virtudes nas nossas sociedades devemos tê-las nas nossas instituições políticas. Aquilo que o desporto nos ensina é que o jogo molda os jogadores; para mudar os jogadores é preciso mudar o jogo. Dificilmente se espera que os nossos políticos sejam nobres, por exemplo, dado

que precisam de se prostituir por contribuições para as suas campanhas semanalmente; a reforma do financiamento das campanhas é urgente e indispensável, ainda que requeira uma alteração constitucional. Mas toda a gente sabe que se um partido sugere uma emenda, a estratégia «racional» para o outro partido será recusá-la. Devemos forçar os nossos representantes a agir *como se* pusessem o país acima deles mesmos seja dizendo os nomes e envergonhando aqueles que têm «interesses» na legislação, ou reintroduzindo o drama só-por-cima-do-meu-cadáver que o *flibustering* costumava implicar. E porventura agindo como se tivessem maturidade os políticos se tornem realmente maduros. Porventura.

No ano remoto de 1938, o historiador holandês Johan Huizinga escreveu que a propaganda eleitoral na América era «uma espécie de desporto nacional», com «duas equipas gigantes cas cujas diferenças políticas eram dificilmente discerníveis para forasteiros». Mas não obstante quão fervorosamente acompanhemos ou pratiquemos desportos e não obstante o seu valor ético, estético e cultural, quando as coisas apertam, eles continuam a ser formas de *jogo*. E um jogo não é a sério. Como afirma Huizinga, «jogar nunca é uma tarefa»; se outros interesses se tornam prementes, podemos sempre parar de jogar. Mas a política nunca pode ser deferida ou posta em suspenso, pelo menos se queremos viver bem. Pois, enquanto seres humanos, não somos capazes de florescer isoladamente; precisamos de um ambiente adequado. E a política é a arte de criar esse ambiente, de moldar práticas e, desse modo, pessoas. Por conseguinte, a plutocracia acabará

não apenas por distorcer a nossa política, mas também as nossas próprias almas, desfigurando-as tão gradualmente que não se pode protestar,

ao ponto de ficarem irreconhecíveis. Para preservarmos a dignidade, teremos de salvar o sistema — mas o relógio está quase no fim.

REFERÊNCIAS

Fukuyama, Francis, «Left Out».
Huizinga, Johan, *Homo Ludens*.

Nelson, David M., *The Anatomy of a Game*
Smith, Adam, *The Wealth of Nations*

Publicado originalmente como «Hail Mary Time?» em The Point, Issue Four, Spring 2011, Chicago: McNaughton & Gunn Inc. Tradução portuguesa de Humberto Brito e Ana Almeida